

O médico e a escola: a educação nas discussões da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1904 – 1920).

NARCISO, ANDERSON J.A. ¹.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as discussões da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) em Minas Gerais, que colocavam em pauta a inspeção médica nas escolas, instituições que se tornaram incorporadoras e difusoras da higiene e do saber médico nas primeiras décadas do século XX, período de consolidação da chamada “teoria dos germes”. Esse ainda é um tema pouco visitado tanto pela história da saúde como pela da educação, seja em suas dimensões nacionais como regionais. Como foco, escolheu-se a cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, uma das primeiras a contar com o modelo de “grupo escolar” neste estado – um novo padrão instituído pela lei nº 439 de 28 de setembro de 1906, que visava substituir o modelo de escolas isoladas. Os grupos escolares faziam parte dos intentos de modernização do estado de Minas Gerais e ganharam destaque na administração de João Pinheiro, que tomou posse como Presidente do Estado em julho de 1906. Ainda neste mês, Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, responsável pela área da educação, anunciou a reforma do ensino de Minas Gerais, e com isso os dois primeiros grupos escolares de Juiz de Fora foram criados poucos meses depois.

Os grupos escolares e a educação republicana

A lei que ficou popularmente conhecida como “Lei João Pinheiro” de 1906 é central para essa discussão². Em um momento em que a maioria da população era analfabeta, investir em projetos educacionais e organizar o ensino primário parecia ser o melhor caminho para que houvesse progresso social. No Brasil, a instituição dos grupos escolares vinha introduzindo novos parâmetros educacionais em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, que construíram prédios escolares nos últimos anos do século XIX.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, sob orientação do Prof. Dr. Gilberto Hochman.

² A lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, autoriza a reforma do ensino primário e normal do Estado ficando decidido que o ensino primário seria ministrado nas escolas isoladas, grupos escolares e escolas modelos anexas às escolas normais.

A inspiração para a reforma educacional em Minas Gerais partiu destas experiências, projetando nas normas e aplicações os moldes de um ensino moderno, pronto para educar e civilizar. A denominação “grupo escolar” passou a ser sinônimo de uma nova organização. Entretanto, muito se questionou sobre o real significado do nome, pois ele poderia atribuir a uma compreensão errônea de agrupamento de escolas singulares, indo de oposto à intenção de ressaltar aspectos novos que estes grupos deveriam trazer em suas bases. A organização do ensino seriado aqui é a principal característica desta denominação, destacando a divisão do trabalho dentro da escola, distribuindo tarefas entre diretores e professores, separando por classes e idades as turmas que ali fossem frequentar assim como a uniformidade e metodização do ensino³.

Em Minas Gerais, o Secretário do Interior na época da efetivação da lei João Pinheiro, esteve envolvido em várias discussões sobre a instrução pública. Expressava abertamente o desejo de ver implantada no estado uma organização de ensino que, em sua perspectiva, havia dado certo em outros países próximos, a exemplo da Argentina⁴ e de outros estados como Rio de Janeiro e São Paulo. O fato é que, esta lei permitiu a criação dos grupos escolares em Minas Gerais, todavia, este era um tema que já vinha sendo discutido desde o século XIX por políticos e autoridades da educação. Somente a partir da lei de 1906, a ideia de grupo escolar em Minas Gerais recebeu as devidas atenções, trazendo a interpretação de avanço educacional nos moldes republicanos.

Juiz de Fora era naquele período considerada por muitos contemporâneos como a “Atenas Mineira”⁵. Nesta fase, as elites tinham a intenção de projetá-la como uma cidade moderna e construtora de um ensino qualificado para seus habitantes. Frequentemente figurava discussões envolvendo aspectos modernistas, defendida por intelectuais nas primeiras décadas do século XX como precursora ao organizar o ensino, possibilitando ao estudante local concluir seus estudos onde residia sem precisar se afastar da família⁶. Um dos principais aspectos para um local moderno, a questão higienista e urbana voltava suas atenções para fatores como condições das águas, higiene das ruas da cidade assim como de suas casas e, principalmente, o saneamento de lugares públicos que poderiam propagar doenças. Essas discussões começaram a surgir

³ FARIA FILHO, Luciano Mendes. Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República. Universidade de Passo Fundo: Editora UPF, 2000.

⁴ BRITTO, Manoel Thomaz de Carvalho. A instrução pública. O Pharol, 28 de setembro de 1906, p.1.

⁵ Menção atribuída por Artur de Azevedo, um jornalista e poeta quando esteve na cidade para apresentação de sua peça O dote (1907).

⁶ Z. Uma lacuna em nosso ensino. Diário Mercantil, 13 de fevereiro de 1913, p.1.

entre a elite médica, que acabou por enxergar nisso uma forma de se projetar na sociedade local e regional, ao mesmo tempo em que tentava superar práticas e costumes que já eram consolidados e considerados ultrapassados. Um exemplo foi a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) fundada em 1889, tendo como membros, médicos que objetivavam estar em sintonia com a agenda nacional e internacional de discussões sobre bacteriologia, doenças e profilaxias⁷. A criação e o funcionamento da SMCJF é um dos marcos dos aspectos modernos envolvendo a higiene na cidade, que contribui intensamente para discussões relacionadas ao tema. A partir de então, os médicos se destacaram no cenário urbano com intensas discussões envolvendo a saúde pública e serviços públicos de melhor qualidade.

Higiene e educação: uma aliança para o progresso?

A higiene e a educação passavam assim a serem aliadas no discurso modernizador das elites políticas. Uma das questões fundamentais que o Regulamento do Ensino Primário de 1906 trouxe para a educação era justamente um local próprio e salubre em que um grupo escolar pudesse ser instalado⁸. Apesar de junto com Belo Horizonte ser a primeira cidade a possuir a nova proposta de criação dos grupos escolares, inicialmente, essas instituições em Juiz de Fora não seguiram completamente os padrões exigidos para a instalação das escolas voltadas para o ensino coletivo. Um dos motivos se deu pelo fato dos Grupos Centrais e o Grupo Escolar de Mariano Procópio terem sido instalados em prédios que foram adaptados, o que também ocorrerá em alguns grupos de Belo Horizonte. Os grupos José Rangel e Delfim Moreira, inaugurados em 1907, funcionavam no mesmo local - o antigo Palacete Santa Mafalda, que já havia abrigado a Escola Normal. Seu mobiliário era precário, reaproveitado da antiga escola, não proporcionando uma experiência modelo que o Estado pretendia com os grupos escolares, apesar de ser enquadrado muitas vezes pelos inspetores como um local que apresentava uma boa higiene⁹. Já o grupo do bairro Mariano Procópio, quando criado em 1909 foi instalado no local onde funcionava o Conselho Distrital, ambos locais sem qualquer preparo para receber um grupo escolar. Este era um local completamente precário, tendo passado por diversos problemas estruturais ao longo da

⁷ Ver Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1904.

⁸ Ver Decreto 1960 de 1906, p. 162.

⁹ Ver Relatório da Secretaria do Interior - Inspeção Escolar, 1909.

década de 1910, que por muitas vezes impediam as aulas naquele local¹⁰. Apenas em 1917 é que a cidade teve o primeiro grupo escolar em um prédio construído especificamente para esta finalidade. Contudo, a edificação acabou não sendo suficiente para abrigar o grupo e foi demolida para ser realocada em um prédio maior, em 1929, ano em que o Grupo Escolar de Mariano Procópio também ganhou um prédio maior, com melhor infraestrutura.

Inicialmente as discussões higienistas em torno deste novo projeto pedagógico abarcaram pontos estruturais: o lugar adequado para que a escola fosse instalada, locais amplos e arejados os quais fossem possíveis à convivência coletiva, entre outros. Porém, com o passar dos anos, as discussões sobre a higiene na escola deixaram de ser exclusivamente arquitetônicas entrando em pauta a inspeção médica nas escolas, representadas pela profilaxia de doenças, o tratamento de escolares carentes, e o ensino da higiene no currículo. Até aquele momento, tem-se conhecimento de que, existiam poucos instrumentos para controle de doenças, e com o advento da bacteriologia, a interpretação das doenças e contágios ganharam novos enfoques. A interpretação da história das doenças tem peso fundamental na história da educação, principalmente ao focarmos na higiene escolar e o seu impacto na sociedade. Jacques Le Goff aponta que, “a doença pertence à história (...) porque não é mais do que uma ideia, certo abstrato numa ‘complexa realidade empírica’ e porque as doenças são mortais”¹¹. É importante compreender que, Le Goff explica o caráter da doença como algo que não só pertence à História superficial dos progressos científicos e tecnológicos, mas também ligada às estruturas sociais e principalmente às representações de mentalidades. Analisar a história da medicina é também analisar a história política social por possuírem ligações diretas uma com a outra.

A presença médica juiz-forana nos grupos escolares

Em Juiz de Fora durante os primeiros anos da década de 1910, médicos e odontólogos estiveram presentes e de forma ativa na proposta da escola como uma porta de difusão do conhecimento médico através de palestras, demonstrações, assistência e ações preventivas. A escola também era vista como um potencial instrumento de

¹⁰ Em relatório encaminhado à Secretaria do Interior no ano de 1911, a diretoria Francisca Lopes aponta ser o local com “instalações sanitárias e de estar com as ultimas chuvas, transformado em um brejo”.

¹¹ LE GOFF, Jacques. *As doenças tem história*. Lisboa, Terramar, 1993, pp 7-8.

legitimação e prestígio das profissões médicas e da saúde na sociedade local e de expansão de seu papel social e político e de sua clientela. Por outro lado a higiene e a medicina deveriam ser incorporadas pelos profissionais da educação uma vez que os professores (as) eram os mediadores desse conhecimento (entre os médicos e os escolares), assim como os diretores dos grupos escolares eram os operadores políticos nas relações com os médicos e os odontólogos assim como na relação com a secretaria do interior do estado.

Neste período, os médicos reuniam-se na SMCJF, fórum de debates de cunho científico e político, ao mesmo passo que dentistas começaram a ser formados localmente com a inauguração da Escola de Farmácia e Odontologia em 1904 e de uma escola de odontologia em Belo Horizonte em 1912. Muitos destes médicos estavam cientes do impacto da bacteriologia, e das mudanças que estavam ocorrendo na forma de tratar a doença, visto que, estavam sempre citando novas formas de tratamento. Entretanto, estes médicos ainda se questionavam a origem de diversas doenças, formas de transmissão entre outras. Um exemplo, interessante é a forma de transmissão de Sífilis que ganhou diversas páginas destes boletins ao longo do ano deste ano de 1904. A principal discussão que tomava este círculo de médicos era sobre a hipótese de a Sífilis ser transmitida de ascendente a descendente, em uma forma de herança coletiva. Além disso, doenças como lepra, tuberculose e febre amarela são constantemente debatidos nos boletins.

Foi a partir destas discussões que a SMCJF começou a ganhar reconhecimento em outros setores médicos fora da região mineira. Como exemplo disso, os esforços de seus médicos foram reconhecidos por Oswaldo Cruz, que em carta a associação saudou a cultural intelectual dos médicos da cidade e seus esforços para combater a febre amarela em Minas Gerais. Partiu desta Sociedade a ideia de apresentar ao Estado um “plano de defesa sanitária de Minas, contra as incursões da febre amarela, de conformidade com os recentes estudos sobre a transmissão do terrível morbo (theoria havanesa), indicando as medidas de prophylaxia actualmente aconselhadas”¹².

Foi nesta linha que os médicos da SMCJF se preocuparam com a higiene na escola, principalmente com a inspeção médica e a profilaxia de doenças. Em algumas atas foram encontrados esforços destes médicos para discutirem tal assunto. Em reunião de 1904, o conhecido médico local Sr. José Dutra, realizou a leitura de um trabalho

¹² Atas da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1904, p.24.

remetido pelo Sr. Dr. Fernando de Moraes sob o título “Necessidade de Inspeção médica nas escolas e das fábricas”. De acordo com Moraes, “é preferível evitar a doença do que combater-la, razão porque a prophylaxia é a mais poderosa arma de que a arte medica se servirá (...)”¹³.

Uma das principais exigências da Lei João Pinheiro de 1906 que enfatiza a necessidade dos grupos escolares serem amplos, arejados, criado assim um espaço escolar ideal já aparece neste discurso. Entretanto, nota-se que alguns anos antes, os médicos em Juiz de Fora já apontavam para este movimento:

“Convém que em taes estabelecimentos (de ensino) haja inspecção médica, evitando-se assim o ingresso a permanência de indivíduos doentes, cujo mal crescerá de dia para dia com o trabalho á que não se podem sujeitar ou a que pelo menos não devem se submeter (...). As inspecções medicas nas escolas e nas fabricas é uma necessidade que não precisa ser demonstrada, e o nosso intuito é apenas apropositar uma discussão ampla do assumpto no seio d’esta Associação, sobre as medidas mais acertadas que devem ser tomadas para conseguirmos esse desideratum”¹⁴.

O texto ainda argumenta que, aos que contestarem a medida, deve-se questionar o porquê das inspeções serem exigidas em países cultos, além de alguns estabelecimentos de ensinos superiores pedirem atestado de vacina nas matriculas, a fim de que doenças não entrem nos estabelecimentos. Na concepção de Fernando de Moraes, “a inspeção das escolas e das fábricas é intuitiva e mais fácil de ser colocada em prática do que outras medidas já existentes”¹⁵, mostrando que os médicos não pensavam encontrar nenhuma resistência por parte dos trabalhadores de fábricas, assim como alunos, professores e familiares envolvidos com as escolas.

¹³ *Ibidem*, p. 27.

¹⁴ *Ibidem*, p.29.

¹⁵ *Ibidem*, p.29.

No final do ano seguinte, a escola voltou a ser mencionada nos boletins da SMCJF. Os médicos discutiam a tuberculose na infância, e segundo eles, duas condições seriam indispensáveis para “a eclosão da tuberculose na infância: o bacilo de Koch e a existência da predisposição individual”¹⁶. Junto com a Tuberculose, os médicos discutiram o caso da profilaxia mais especificamente em Juiz de Fora. Descrevem a tuberculose como “a doença do dinheiro”, que depende do capital financeiro para que seja solucionada ou pelo menos evitada, quando discutem sobre seu tratamento.

Em discurso na reunião indicada, o Dr. Eduardo de Menezes defende a preservação e assistência na cidade. É neste momento, que o médico ressalta o ensino da higiene e de métodos profiláticos nas escolas:

“O único meio que não depende de dinheiro, mas de esforço de nós médicos, o qual não obstante só com dinheiro pode ser aperfeiçoado, é o Ensino da Hygiene geral e em particular anti-tuberculosa nas Escolas, à infância, mais apta para assimilar conhecimentos e de prepararmos as sociedades futuras; o ensino ao povo, por meio sobretudo da palavra oral, que vale mais do que a palavra escrita neste caso. Mas o ensino deve visar sobretudo a preservação contra os bacillos em qualquer bacillifero, e sobretudo o escarro; o ensino as mães em relação a amamentação e criação dos seus filhos; à limpeza das habitações do corpo”¹⁷.

Com a chegada da Reforma do Ensino Primário em Minas Gerais em fins de 1906, os médicos em Juiz de Fora continuaram a discutir a profilaxia na escola. Parte-se do pressuposto de que, viam nas escolas, uma ampla forma de projeção na sociedade que ainda se enraizava em costumes já considerados ultrapassados com o avanço da bacteriologia. O Dr. Eduardo de Menezes, importante figura da SMCJF ressaltava nas discussões que tudo dependia da educação e que “educar gente velha é difícil, sobretudo

¹⁶ Atas da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1905, p. 36.

¹⁷ *Ibidem*, p.66.

na patê physica. Educadas as crianças, serão ellas as propagandistas da hygiene. Pode-se dizer que a propaganda nas crianças garante o futuro”¹⁸.

Interessante ressaltar que Menezes aponta ser da vontade dos médicos fazer conferencias nos grupos escolares sobre o assunto, tendo sido notificado o Dr. Carvalho de Britto (secretário do Interior na época, do então governo de João Pinheiro), avisando-lhe ainda que as conferências não perturbassem as aulas, entretanto não obtiveram uma resposta positiva do Estado.

Ao ressaltarem a inspeção médica na escola, os médicos pareciam confrontar a posição oficial do Estado, enfatizando nos discursos a precariedade do novo programa de ensino primário, que não exigia atestados de vacinas ou outras exigências para que se contemplasse um ambiente escolar saudável, justificando ser assim a profilaxia imprescindível:

“Convem notar que não me refiro somente a inspecção medica, limitando-se a esse serviço elementar de defeza colectiva contra as epidemias, ou de prophylaxia das moléstias contagiosas, mas valendo também pela creança individualmente, acompanhando desde a entrada até a sahida da escola. Não basta ver o alumno quando doente, é igualmente preciso vê-lo antes de adoecer”¹⁹.

Tal discurso só reforça ainda mais a posição dos médicos sobre a profilaxia nas escolas. Lembrando que neste ano, ainda vigorava o Decreto 1969, que aprovou o regimento interno dos grupos escolares, o qual o discurso higienista estava apenas presente na questão arquitetônica, além de apenas apontar que o local onde o grupo funcionasse devesse ser um local salubre.

A vontade dos médicos da SMCJF de estarem presente no cotidiano dos grupos escolares era cada vez maior. Assim, em sessão da Sociedade no dia 21 de abril de 1909, o presidente da sessão colocou em votação a proposta de que SMCJF se dirigisse

¹⁸ Atas da Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1909, p.173.

¹⁹ *Ibidem*, p. 269.

ao governo do estado solicitando, como medidas de maior necessidade a apresentação de atestado médico e vacinação como condição de matrícula; a inspeção medica escolar; a modificação do horário para os grupos escolares que funcionavam pela manhã, de forma a permitir que os alunos tivessem horário de almoço, além da inclusão no programa do ensino de higiene²⁰. Porém, ainda de acordo com os médicos, este pedido nunca recebeu uma resposta oficial do Estado.

É possível, portanto constatar que, há um esforço dos médicos para que se fizessem mais presente no cotidiano escolar. Apenas sete anos depois dos grupos escolares serem instituídos em Minas Gerais, é que os médicos se fizeram presente no discurso oficial do Estado. Em 1913, o decreto de lei nº 602, instituiu a título de experiência a inspeção médica nas escolas. Juiz de Fora se empenha com tal ato e em 1914, o dentista local Albino Esteves já discutia com os Grupos Centrais a possibilidade da instalação de um gabinete dentário²¹. Tal fato iria se concretizar no dia 8 de março de 1915 com a inauguração da assistência dentaria “Francisco Valladares”, sob a iniciativa e direção dos srs. Albino Esteves e José C. Freire²². O serviço continuaria a ser prestado nos anos seguintes, a partir da filantropia destes homens.

O relatório referente aos anos de 1916 mostra uma intensificação da inspeção médica nos grupos centrais, com a instalação de um serviço médico “anthropométrico”:

“Em fins de setembro deste anno, installou-se nos grupos, o serviço medico anthropometrico de que é director tecnico o dr. Martinho da Rocha Filho, clinico e cientista de reputação já feita; no decurso de dois mezes, emitiram-se 100 fichas, de accordo com o modelo que enviei a essa secretaria; dos exames medicos a que se procederam nesses cem alumnos, verificou-se que 25 delles careciam de tratamento medico especial, e para estes foi feito o necessario receituário pelo director do serviço, fornecendo a caixa escolar os medicamentos para os considerados nimiamente pobres.

O valor dessa instituição já se não pode pôr em dúvida; graças ao esforço e desinteresse do alludido clinico, temo-la installada

²⁰ Atas da Sociedade de Medicina e Cirurgia 1908-1909, p.71.

²¹ Relatório enviado a Secretaria do Interior, 1915.

²² Relatório enviado a Secretaria do Interior, 1916.

convenientemente neste estabelecimento, concorrendo o Estado a importancia da impressão das fichas, porquanto o da. Martinho da Rocha Filho entrou com o restante do material, a saber: balanças, fitas metricas, mensurador de estatura, escalas de Wecker et Mosselon, microscopio, reactivos, etc.

Seria de toda vantagem que essa iniciativa tivesse imitadores, fazendo-se tentativas nesse sentido, pelo menos nos grupos localizados em cidades que tenham elementos para isso.

Assistencia dentaria “Francisco Valladares”: Continúa a prestar assinalados serviços aos alumnos dos grupos esta Instituição, dirigida pelo sr. Albino Esteves.

No decurso do corrente anno lectivo, cerca de cem alumnos foram por ella beneficiados. Em separado e logo que o director desse serviço me forneça dados minuciosos sobre o mesmo dentro do referido período, enviarei informações mais precisas”.

23

Somente a partir de 1920 é que o estado institui oficialmente a higiene na escola. No Regulamento de 1920 pela primeira vez a higiene recebe um destaque exclusivo. Há um título separado para tal assunto que institui: inspeção médica geral – dos alunos, dos professores, e empregados; inspeção dos prédios escolares; profilaxia higiênica dos alunos e professores; correção dos defeitos físicos e das anomalias dos alunos; clínica médica que será gratuita para os alunos pobres dos estabelecimentos públicos, sendo este compreendendo também a clínica odontológica. Cada item possuía uma seção com descrições detalhadas de como devem ser realizados estes serviços²⁴. Sobre a clínica médica e odontológica, definiu-se que o Governo poderia manter nos estabelecimentos escolares assistências dentárias ou outras que forem precisas ao serviço sanitário, ou subvencionar aquelas que, sob a direção de profissional idôneo, se obrigassem a prestar gratuitamente cuidados aos alunos pobres da localidade.

Considerações Finais

²³ Relatório enviado a Secretaria do Interior, 1917.

²⁴ Ver Lei nº800 de 1920.

Como em diversas partes do Brasil, cada centro urbano em Minas Gerais tinha sua particularidade, e ao olharmos para Juiz de Fora no começo do século XX, percebemos a busca pela modernidade através das arquiteturas presentes na cidade. Entretanto, assim como Belo Horizonte, possuía obstáculos em locais considerados bastantes populosos e poucos saneados – locais estes que também servirão como palcos para a instalação de grupos escolares. Estas escolas acabaram por tornar-se de certa forma uma vitrine para o Estado difundir entre a população, preceitos que consideravam essenciais para a “civilização”.

Vale ressaltar que, a principal via para estas realizações seria através da higiene, instrumento o qual passaria por diversos conceitos e culturas dentro da própria escola, num intuito de ultrapassar os muros dos grupos escolares. A interação entre a escola as leis, assim como a participação de médicos que seriam figuras importantes na inserção desta nova cultura na escola, se tornam fundamentais para uma melhor compreensão desta instituição educacional republicana.

Em linhas gerais, portanto, há um caminho interessante ao traçarmos a trajetória dos médicos nos grupos escolares em Minas Gerais, e devemos destacar o empenho desta elite em Juiz de Fora, que se fez presente durante os primeiros anos do século XX, nas discussões para que a higiene se tornasse algo além de questões estruturais e de organização espacial. Partimos do pressuposto que, os médicos enxergavam então nestes espaços escolares, uma forma prática de se projetarem na sociedade, e então se firmarem em um local que ainda estava preso às raízes populares de cura, consideradas ultrapassadas. A compreensão desta dinâmica médica é importante não só para a história da saúde, como também para a história da educação, uma vez que, o grupo escolar foi o pontapé inicial da organização do ensino primário em Minas Gerais, e uma forma de transformar a escola e um espaço produtor da modernidade.

Referências Bibliográficas

BENCHIMOL, Jaime Larry, “A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil”, **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, nº 2, 2000, pp. 265-292.

BRAGA, Marina F. **Arquitetura e espaço escolar na “Atenas Mineira”**: Os grupos escolares de Juiz de Fora (1907-1927). Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Paraná. 2009.

CANDIÁ, M. A. A. **O Artífice do Consenso**: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora (1907/1930). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2007.

CHAMON, Carla Simone. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O olhar comparativo: Estevão de Oliveira e os grupos escolares em Minas, no Rio e em São Paulo. **Revista Brasileira de História da Educação**, n° 22, p. 17-41, jan./abr. 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

COHN, Maria Aparecida Figueiredo. O surgimento de uma escola noturna pública em Juiz de Fora – MG: o Grupo Escolar Estevam de Oliveira. **Revista Educação em Foco**. Ed. Especial. P.185/196. Mar/Ago 2007.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol.2, 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República. Universidade de Passo Fundo: Editora UPF, 2000.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. 1º número. Campinas, p. 9-44, 2001.

LIMA, Nisia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira Republica In: CHOR, Marcos Maio. SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

LE GOFF, Jacques. As doenças tem história. Lisboa, Terramar, 1993.

OLIVEIRA, Cristiane. **O projeto educacional de Estevam de Oliveira em defesa das escolas graduadas (1900-1908)**. 119p. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2013

PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos**: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2004.

POL, Milan. HLOUSKOVA, Lenka. NOVOTNY, Petr. ZOUNEK, Jiri. Em busca do conceito de cultura escolar: uma contribuição para as discussões actuais. **Revista Lusófona de Educação**. 2007, 10, p. 63-79.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.